

NOVO REGIMENTO



CÂMARA DOS DEPUTADOS

(DO SR. FRANCISCO AMARAL) PMDB/SP

ASSUNTO:

Dispõe sobre a participação dos empregados na administração das empresas estatais.

DESPACHO: CONST. E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (ADM) - TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO  
E SERVIÇO PÚBLICO - ART. 24, II  
À CONST. E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO em 03 de 09 de 1990

DISTRIBUIÇÃO

Ao Sr. Deputado \_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ 19\_\_\_\_  
O Presidente da Comissão de Justiça e de Redação  
Ao Sr. \_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ 19\_\_\_\_  
O Presidente da Comissão de \_\_\_\_\_  
Ao Sr. \_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ 19\_\_\_\_  
O Presidente da Comissão de \_\_\_\_\_  
Ao Sr. \_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ 19\_\_\_\_  
O Presidente da Comissão de \_\_\_\_\_  
Ao Sr. \_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ 19\_\_\_\_  
O Presidente da Comissão de \_\_\_\_\_  
Ao Sr. \_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ 19\_\_\_\_  
O Presidente da Comissão de \_\_\_\_\_  
Ao Sr. \_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ 19\_\_\_\_  
O Presidente da Comissão de \_\_\_\_\_  
Ao Sr. \_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ 19\_\_\_\_  
O Presidente da Comissão de \_\_\_\_\_  
Ao Sr. \_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ 19\_\_\_\_  
O Presidente da Comissão de \_\_\_\_\_  
Ao Sr. \_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ 19\_\_\_\_

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

PROJETO DE LEI Nº 5.697, DE 1.990

(DO SR. FRANCISCO AMARAL)



Dispõe sobre a participação dos empregados na administração das empresas estatais.

(ÀS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (ADM);  
E DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO - ART.  
24, II)





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Em 14/08/90.

Presidente

PROJETO DE LEI Nº 5697, DE 1990

Dispõe sobre a participação dos empregados  
na administração das empresas estatais.

CHICO AMARAL



Dep. Federal

Campinas: Rua dos Alecrins, 365 - Cembuí - CEP 13025 - CP 1027  
Brasília: GAB. 672 - Anexo III - CEP 70160 - Câmara Federal  
RES: SQN 302 - Bloco I - Apto. 202 - CEP 70723

Do Deputado FRANCISCO AMARAL

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º - A metade dos cargos da administração superior das empresas públicas e sociedades de economia mista federais estaduais e municipais, será integrada por representantes eleitos dos respectivos empregados, consoante dispuser o regulamento desta lei.

Parágrafo Único - A escolha dos representantes dos trabalhadores recará, preferentemente, nos que tenham, na empresa, cinco ou mais anos de serviço.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

### J U S T I F I C A Ç Ã O

De longa data, mais especialmente a partir de 1967, por iniciativa parlamentar, nossos textos constitucionais prevêm a participação dos empregados, ainda que em caráter excepcional, na gestão das empresas.



CÂMARA DOS DEPUTADOS



02.

Impõe-se, portanto, sem mais tardança, decorridos que foram mais de vinte anos da vigência dessa garantia constitucional, a regulamentação desse preceito.

Daí a presente iniciativa que atenta às limitações de nossa Lei Maior que só admite a co-gestão, "em caráter excepcional", manda aplicar a participação dos empregados na administração tão somente nas empresas estatais.

Sala das Sessões, em

14 de agosto de 1975

  
Deputado FRANCISCO AMARAL





CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 5697, DE 1990

Dispõe sobre a participação dos empregados na administração das empresas estatais.

AUTOR : Deputado FRANCISCO AMARAL

RELATOR :

R E L A T Ó R I O

Metade dos cargos da administração superior das empresas públicas e sociedades de economia mista federais, estaduais e municipais, será, na forma do Projeto em causa, da autoria do nobre Deputado Francisco Amaral, integrada por representantes ' eleitos dos respectivos empregados, consoante disposição regulamentar.

Submeteu o Sr. Presidente, mediante despacho de 3 de setembro de 1990, à apreciação desta e da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, o projeto em causa.

É o relatório.

V O T O

Limita-se a proposição a regulamentar a participação dos empregados na gestão das empresas, assegurada pelo artigo 7º, inciso XI, in fine, da Constituição, revestindo-se, portanto da constitucionalidade indispensável, não contendo, demais disso, injuridicidade nem lhe faltando técnica legislativa.

É o voto.

Sala da Comissão, em